

**Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

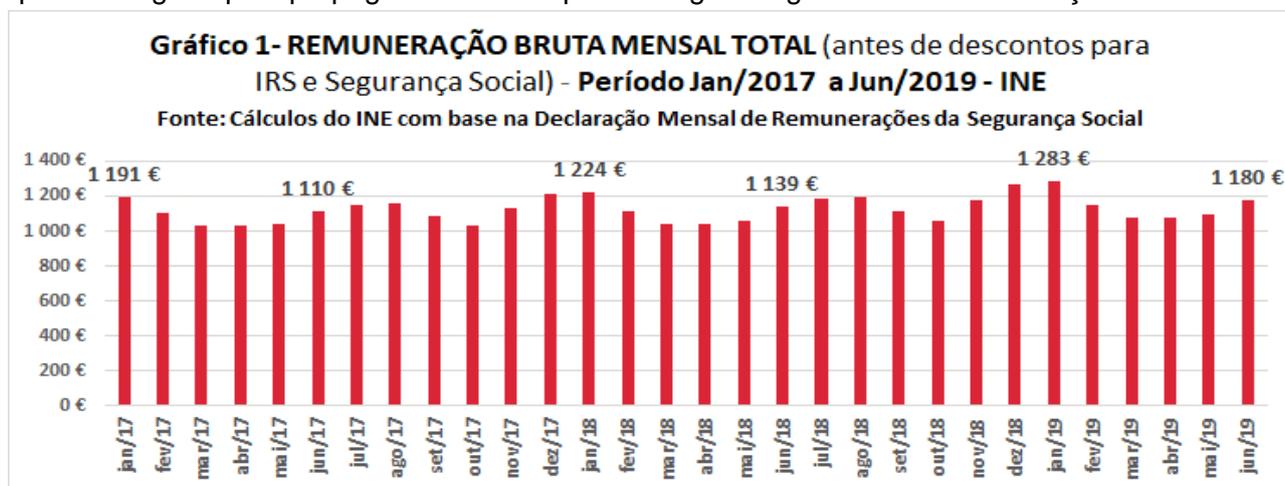
**A EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO, A DIMINUIÇÃO DA PRODUTIVIDADE DEVIDO AO INVESTIMENTO PRIVADO E PÚBLICO SER INSUFICIENTE, E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA PRODUZIDA NO PAÍS**

No estudo anterior, utilizando dados do Ministério das Finanças, mostramos a perda de poder sofrida pelos trabalhadores da Função Pública que, entre 2009 e 2019, registaram uma redução nas suas remunerações reais líquidas que atingiu, em média, cerca de -13% (*em algumas categorias profissionais a redução foi muito superior como na dos investigadores científicos -28%, na dos médicos -17%; etc.*).

Muitos leitores pediram-nos que procurasse fazer a mesma análise para os trabalhadores do setor privado pois, contrariamente ao que diz a propaganda do governo e dos seus defensores nos media, que procuram pintar a realidade de uma muito diferente da verdade, a realidade é bem diferente. É o que vamos mostrar neste estudo utilizando também só dados oficiais.

**EM 2 ANOS (2017/2018) O PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUMENTOU APENAS 2,5% (em média 10,5€ por mês)**

O gráfico 1, com dados do INE sobre as remunerações brutas (*antes de quais descontos*) mensais nominais (*antes de sofrer o efeito corrosivo do aumento de preços*), divulgados por aquela entidade oficial em Agosto de 2019, mostra que a situação remuneratória destes trabalhadores não é aquela que é divulgada pela propaganda oficial e pelos amigos do governo na comunicação social.



Se comparamos a Remuneração **bruta** mensal **total** a **preços correntes** (*se é bruta é antes de quaisquer descontos, se é total inclui tudo o que o trabalhador que recebe, e se é a preços correntes é antes de deduzir o efeito do aumento de preços*); portanto, repetimos se comparamos a Remuneração bruta média mensal total a preços correntes de Janeiro de 2017 com a de Junho de 2019 concluímos que ela diminuiu, pois passou de 1.191€ em 2017 para 1.180€ em 2019, ou seja, sofreu uma **redução de 11€**. Os dados do gráfico 1 também mostram que se verifica uma grande variação mensal na remuneração bruta média mensal total a preços correntes, o que é determinado pela parcela variável ser elevada, o que cria instabilidade nas condições de vida dos trabalhadores.

No entanto, para anular esta variabilidade, calculamos a media das remunerações totais dos primeiros 6 meses de 2019, e comparamos com a dos períodos homólogos de 2018 e 2017. E fizemos isto para as remunerações brutas e as líquidas. Para além disso para que os resultados fossem comparáveis com os de 2019, anulando os efeitos dos aumentos de preços, calculando as remunerações líquidas de 2017 e 2018 a preços de 2019, ou seja quanto valiam em 2019 tendo em conta o aumento de preços entre 2017 e 2019. Os resultados constam do quadro 1.

**Quadro 1 – Variação das remunerações brutas e líquidas nominais e do poder de compra entre 2017/2019**

RÚBRICAS	Remuneração Mensal Bruta Total	Remuneração Líquida Mensal (após descontos para IRS e S.Social)	Remuneração Líquida Mensal a preços de 2019 (multiplicou-se os valores de 2017 e 2018 pelo aumento de preços para ser comparável com 2019)	Variação anual da remuneração líquida real a preços de 2019
2017-media 6 primeiros meses	1 084 €	828 €	850 €	
2018-media 6 primeiros meses	1104€	850 €	868 €	18 €
2019-media 6 primeiros meses	1 144 €	871 €	871 €	3 €
Aumento 2017/2019- Em %	5,5%	5,2%	2,5%	
Aumento em euros 2017/19	60 €	43 €	21 €	21 €

A análise mostra que em 2 anos (2017/2019) a Remuneração Média Bruta total em Portugal, tendo como base os dados da Segurança Social, aumentou 60€ (5,5%), mas a Remuneração Líquida Total, após descontos, subiu apenas 43€ (+5,2%). Se entramos com efeito do aumento de preços o aumento das remunerações reais, em 2 anos, foi apenas de 2,5%, **portanto a chamada recuperação de rendimentos apenas, ao fim de 2 anos, de um aumento de 21€ de poder de compra**

**Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

### **O ESMAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO BASE BRUTA MÉDIA REGULAR EM PORTUGAL TORNANDO-A CADA VEZ MAIS PROXIMA DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL**

Um dos aspetos negativos e criticáveis da política de remunerações promovida pelo atual governo foi o esmagamento da remuneração bruta média mensal regular dos trabalhadores (*não inclui subsídios ou complementos*), ou seja, aquela que o trabalhador, em princípio tem certa em cada mês, tornando-a cada vez mais próximo do Salário Mínimo Nacional. O quadro 2 (*dados do Ministério do Trabalho*), mostra isso.

**Quadro 2 – Percentagem que o Salário Mínimo Nacional representa em relação à remuneração bruta média mensal dos trabalhadores em Portugal (2015/2019- governo de Costa)**

RÚBRICAS	2015	2016	2017	2018	2019
Salário Mínimo Nacional (SMN)	505 €	530 €	557 €	580 €	600 €
Remuneração bruta regular média dos trabalhadores portugueses (RBRM)	869 €	882 €	901 €	922 €	948 €
<b>% que SMN representa da RBRM</b>	<b>58,1%</b>	<b>60,1%</b>	<b>61,8%</b>	<b>62,9%</b>	<b>63,3%</b>

FONTE : Boletim Estatístico do GEE do Ministério do Trabalho e INE

Em 2015, ano de tomada de posse do atual governo, a remuneração bruta regular média correspondia a 58,1% do valor do salário mínimo nacional, e em 2019 já a 63,3%. Por este andar, brevemente a remuneração bruta regular média dos trabalhadores em Portugal será apenas o salário mínimo nacional. Em abril de 2018, último ano que o Ministério do Trabalho divulgou dados, 25,1% dos trabalhadores portugueses recebia apenas o salário mínimo nacional (*na altura era 580€*), mas havia subsectores da atividade económica, como “alojamento e restauração” que atingia 38%. Atualmente, como o salário mínimo nacional é 600€ a percentagem de trabalhadores a receber apenas esse valor deverá ser muito maior. Segundo o Inquérito ao Emprego do INE (*2º Trim.2019*), 55,4% (2,262 milhões) recebiam menos de 900€ líquidos por mês (*408,5 mil recebiam menos que 600€, o salário mínimo nesta data*). Esta é realidade dos baixos salários em Portugal reconhecida pelo próprio governo que António Costa diz que preciso mudar (*só se lembrou agora nas eleições*) mas com o acordo dos patrões (?!), diz também ele.

### **OS PATRÕES DIZEM QUE NÃO PODEM PAGAR MELHORES SALÁRIOS PORQUE A PRODUTIVIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES É MUITO BAIXA. PORQUÊ?**

Uma das questões para a qual temos vindo a chamar a atenção já há muito tempo perante a passividade geral é a quebra continuada da produtividade por trabalhador, o que revela, a nosso ver, que o crescimento económico português tão cantado pela propaganda governamental e pelos seus defensores não é sustentável nem saudável. O gráfico 2, que a seguir apresentamos, construído com dados divulgados pelo INE, revela uma realidade que não pode continuar a ser ignorada pelo governo e pelos partidos políticos. Não é apenas necessário aumentar rendimentos é preciso também gerar crescimento económico sustentado para que que isso seja viável.

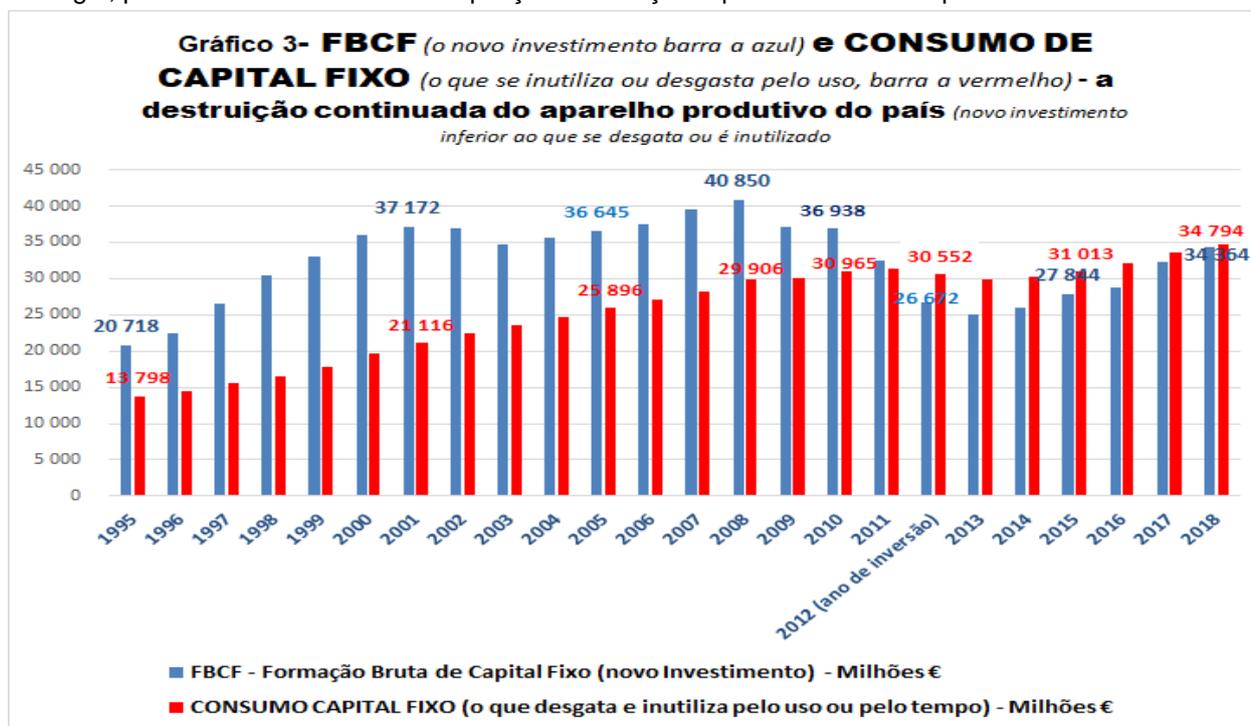


Em 3 anos do atual governo (2015/2018) a produtividade por trabalhador em Portugal diminuiu 2% (menos 877€ por trabalhador). A continuar perante a indiferença geral é uma situação insustentável e põe em causa a melhoria das condições de vida da população e nomeadamente dos trabalhadores.

**Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

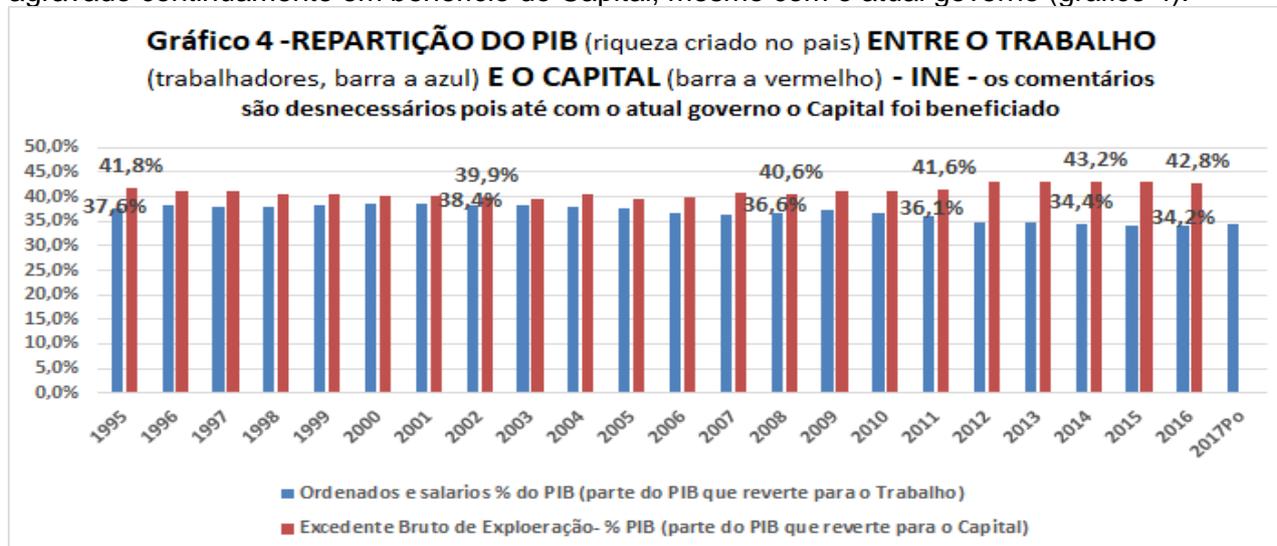
**O NOVO INVESTIMENTO NEM COBRE AQUELE QUE SE DESTROI OU INUTILIZA PELO USO E O “RONALDO DAS FINANÇAS PORTUGUÊS” ESTÁ A DESTRUIR O PAÍS COM A OBSESSÃO DE DÉFICE ZERO**

Como mostra o gráfico 3, a partir de 2012, o novo investimento (FBCF) passou a ser inferior ao investimento que se inutilizava ou degradava devido ao uso ou ao tempo, o que está a causar a degradação/destruição do aparelho produtivo nacional, e é uma das causas da redução continuada da produtividade do trabalho em Portugal, pois sem investimento na ampliação e inovação a produtividade não pode crescer.



Como revelam os dados do INE até 2012, o novo investimento (FBCF) foi sempre superior àquele que se desgastava devido ao uso e ao tempo (Consumo de Capital Fixo). A partir daquele de 2012 (inclusive), o valor do investimento ou que se destruiu, ou que se inutilizava ou caía em desuso devido à utilização passou a ser sempre superior ao novo investimento. Isto determinou que o “stock de capital fixo” por trabalhador tenha diminuído em Portugal, e que causou a redução da produtividade por trabalhador. No período 2012/2018, o Consumo de Capital Fixo foi superior ao novo investimento em 21.075 milhões €, sendo 8.103 milhões € no governo Costa/Centeno. O Estado teve um papel extremamente negativo no que aconteceu. Para reduzir o défice orçamental para ZERO, Centeno cortou fundamentalmente no investimento público, o que teve consequências nefastas no investimento privado, pois um dos aspetos importantes do investimento publico é que ele promove o investimento privado (no período 2016/2018 a media do investimento público na U.E. – 2,8% do PIB – foi superior em 58,5% à de Portugal: apenas 1,8% PIB).

Para agravar a situação dos trabalhadores, a distribuição da riqueza criada no país tem-se agravado continuamente em benefício do Capital, mesmo com o atual governo (gráfico 4).



Em 2016, coube ao Capital 42,8% da riqueza criada no país, e aos trabalhadores apenas 34,2%, apesar de serem mais de 80% da população. Eugénio Rosa – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 9-9-2019

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em [www.eugeniorosa](http://www.eugeniorosa) pág. 3